



AS VULNERABILIDADES SOCIAIS ENFRENTADAS PELAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO EM ANANÁS – TO

Gleison Mourão da Silva ¹

Alberto Pereira Lopes ²

RESUMO

O artigo abaixo trás luz para o conhecimento científico sobre a luta da agricultura camponesa e as vulnerabilidades sociais enfrentados por centenas de famílias assentadas em todo o Brasil e de modo particular no assentamento Luar do Sertão em Ananás – TO. Para chegar ao resultado desse trabalho percebemos que os assentamentos rurais são resultados das lutas pela terra protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras do campo, sendo a reforma agrária, no Brasil, a forma mais eficaz de concretizar o que está previsto na Constituição de 1988: a função social da terra. Os questionamentos levantados foram ponto de partida para a presente pesquisa e visam conhecer os desafios e também as vulnerabilidades dos trabalhadores rurais para conseguirem permanecer nesses assentamentos da reforma agrária. Para isso, foram utilizadas como parâmetros de análise pesquisas bibliográficas, que serviram de base teórica para a abordagem do tema, por meio da leitura de periódicos, livros, teses, dissertações. O assentamento Luar do Sertão em Ananás - TO teve sua criação oficial em 2011 e atualmente conta com 30 famílias assentadas e ocupa uma área territorial de 1.941,1308 hectares.

Palavras-chave: Assentamentos, Vulnerabilidades, Reforma, Agrária, Permanecer.

ABSTRACT

The article below sheds light on scientific knowledge about the struggles of peasant agriculture and the social vulnerabilities faced by hundreds of settled families throughout Brazil, particularly in the Luar do Sertão settlement in Ananás, Tocantins. This study highlights the fact that rural settlements are the result of land struggles led by rural workers, and that agrarian reform in Brazil is the most effective way to implement the 1988 Constitution: the social function of land. These questions served as the starting point for this research, aiming to understand the challenges and vulnerabilities faced by rural workers in maintaining their livelihoods in these agrarian reform settlements. For this purpose, bibliographic research was used as parameters for analysis, serving as a theoretical basis for addressing the topic through the reading of periodicals, books, theses, and dissertations. The Luar do Sertão settlement in Ananás, Tocantins, was officially established in 2011 and currently has 30 settled families and occupies a territorial area of 1,941.1308 hectares.

Keywords: Settlements, Vulnerabilities, Agrarian Reform, Remain.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT- gleisonmourao@hotmail.com;

² Doutor em Geografia pelo programa de Pós-graduação da Universidade Pública de São Paulo - USP, e professor do colegiado de geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins- beto@mail.uft.edu.br



INTRODUÇÃO

A construção desse trabalho versa sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil que está profundamente marcado por fatores históricos e pelas lutas sociais que remontam ao processo de colonização. Esse cenário persiste até os dias atuais, especialmente com a expansão das grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de oligarquias agrárias, que têm gerado conflitos contra os trabalhadores camponeses.

Nesse sentido, o campo no Brasil tem sido palco de lutas, em que os camponeses tentam resistir frente ao latifúndio para ter o acesso à terra ou nela permanecer, seja como posseiros ou pequenos proprietários, onde se sentem oprimidos pelo poder do capital intensificado com o avanço do agronegócio. A agricultura camponesa é diversificada com técnicas simples de produção, como: trabalho braçal, atração animal, rotação de cultura, conservação das sementes voltada para o consumo das famílias e o excedente que é vendido para o mercado interno local.

Diante das poucas políticas públicas de desenvolvimento rural a agricultura camponesa sofre fortes impactos, uma vez que essas políticas não estão bem distribuídas dentro dos contextos regionais pelo território brasileiro, o que acaba impossibilitando o processo produtivo com maior eficiência na produção como em algumas regiões brasileiras. A região Norte do Brasil exemplifica essa realidade, evidenciando a necessidade de se atribuir maior importância à agricultura familiar camponesa. Inserida em um contexto de sustentabilidade, essa forma de agricultura tem potencial para gerar emprego e renda, promover a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento local. Dessa maneira, a falta de uma reforma agrária mais ampla, com políticas voltadas para melhoramento produtivo e da vida dos assentados, dificulta às famílias permanecerem na sonhada terra.

A reforma agrária no Brasil é um desafio histórico e complexo, sua ineficiência se deve a uma série de gargalos que se interligam em vários pontos, entre eles podemos destacar: concentração fundiária histórica; burocracia e morosidade do Estado; falta de políticas de apoio aos assentados; conflitos e insegurança Jurídica; influência política e econômica do agronegócio, etc.

Portanto, é dever do Estado garantir que tanto no campo quanto na cidade os trabalhadores sejam atendidos por políticas públicas de acesso a condições mínimas para se viver com dignidade, pois “O produto sagrado passou pelas mãos da classe trabalhadora, porém os mecanismos impostos a ela determinam que não tenha acesso ao fruto de seu próprio trabalho” (Picoli, 2006, p.194).

Nesse sentido, o assentamento Luar do Sertão, representa a saída dos camponeses que se encontravam na região do Bico do Papagaio em estado de vulnerabilidade e conseguiram sair dessa condição através de uma política pública de desenvolvimento rural, que são os assentamentos da reforma agrária. Diante dessa possibilidade, este artigo propõe analisar as vulnerabilidades enfrentadas pela agricultura camponesa a partir do processo produtivo que assegura a subsistência das famílias assentadas, com foco nas atividades desenvolvidas no assentamento Luar do Sertão, localizado no município de Ananás – TO.

A região onde está localizado o assentamento fica no extremo norte do Estado do Tocantins, estando compreendido entre os rios Araguaia e o rio Tocantins, fazendo fronteira entre o Estado do Pará a Oeste, e Maranhão a Leste, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa da região do Bico do Papagaio e suas divisas



Fonte: <http://slideplayer.com.br>. Acesso dia 11 de junho de 2025

Essa região está inserida na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica, compreendendo 37 municípios ocupando uma área territorial ampla com cerca de 34.751,399 km², 12,51% da área total do estado. Com uma vasta extensão de terra adequada para a agricultura e a pecuária, a região é cercada por grandes fazendas, atuantes na criação do gado de corte e nas lavouras de soja, milho e arroz. Nos últimos anos, observa-se o avanço das fazendas de eucalipto na região, o que intensifica a disputa pela posse da terra e



contribui para o agravamento dos conflitos envolvendo fazendeiros, posseiros e, sobretudo, trabalhadores rurais.

METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica acerca de espaço, território, campesinato, reforma agrária e políticas públicas. Nessa etapa, surgiu a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a atuação e a inação do Estado brasileiro no que tange à política agrária e à falta de assistência às famílias assentadas por todo o Brasil, mas, de modo particular, no Tocantins, o que levou à expansão da pesquisa bibliográfica para o estudo da formação do Estado capitalista.

O objetivo final deste trabalho foi compreender as vulnerabilidades dos trabalhadores camponeses e os principais desafios da agricultura camponesa praticada pelas famílias do assentamento Luar do Sertão, localizado em Ananás – TO. Para isso, foram utilizadas como parâmetros de análise pesquisas bibliográficas, que serviram de base teórica para a abordagem do tema, por meio da leitura de periódicos, livros, teses, dissertações e outros artigos. Além disso, foram realizadas investigações *in loco*, com a coleta de dados qualitativos e quantitativos por meio de visitas e observações diretas no local de estudo. Esses procedimentos forneceram as respostas necessárias às questões aqui abordadas.

Utilizaram-se, ainda, para a construção desse artigo dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre assentamentos, áreas desapropriadas, famílias beneficiadas. Esses dados foram organizados e analisados no contexto da discussão sobre a política de reforma agrária e o papel assistencialista do estado. Também foram utilizados os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo no Brasil, e a luta dos assentados no processo produtivo.

Portanto, este trabalho se justifica pela importância de aprofundar o conhecimento da sociedade, que em geral desconhece a realidade vivida pelas famílias assentadas, bem como os desafios enfrentados pelos pequenos trabalhadores rurais. Esses problemas são cotidianos e decorrem da falta de atenção por parte do poder público e de seus órgãos de apoio. A geografia agrária, por sua vez, demonstra interesse em compreender o processo histórico que envolve o



meio rural, ressaltando os desafios que os assentamentos enfrentam mesmo após sua criação e consolidação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os assentamentos rurais são resultados das lutas pela terra protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras do campo, sendo a reforma agrária, no Brasil, a forma mais eficaz de concretizar o que está previsto na Constituição de 1988: a função social da terra. A história fundiária do país é marcada pela concentração de terras, o que tem gerado inúmeros conflitos sociais e assassinatos no campo. A compreensão dos assentamentos como resultado das políticas de reforma agrária exige uma abordagem multidisciplinar abrangendo diversas áreas que envolve o campo das ciências humanas, com destaque para geografia agrária, economia e ciência política.

A falta de uma Reforma Agrária num país com dimensões continentais com quase seis (VI) séculos de elevada concentração fundiária é um grande problema, por um lado temos a grande concentração fundiária, por outro a falta uma reforma que atenda às famílias que necessitam da terra para sobreviver. Os questionamentos que foram ponto de partida para a presente pesquisa visam conhecer os desafios e as vulnerabilidades de trabalhadores rurais que lutam para permanecer assentados no assentamento Luar do Sertão na cidade de Ananás que está localizada na região norte do Tocantins.

A reforma agrária pode ser definida como um conjunto de políticas estatais que visam redistribuir a terra para promover justiça social e desenvolvimento rural (Santos, 2005). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 184, estabelece a função social da propriedade como critério para a desapropriação de terras improdutivas. A ideia por trás desse princípio constitucional é corrigir as desigualdades históricas no acesso à terra no Brasil. A propriedade rural que não cumpre sua função social pode ser passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

A função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende de modo simultaneamente a critérios como o aproveitamento racional e adequado. A terra deve ser utilizada de forma produtiva, evitando a ociosidade ou subutilização. Isso significa que o



proprietário deve explorar o solo de forma eficiente, de acordo com as potencialidades da região.

Os assentamentos rurais são espaços territoriais criados pelo Estado com o objetivo de abrigar famílias beneficiárias da reforma agrária. Eles variam em tipo (tradicionais, agroextrativistas, de colonização dirigida, etc.) e em grau de organização social e produtiva. De acordo com Sauer 2006, os assentamentos representam não apenas uma forma de reorganização do espaço agrário, mas também de reprodução social dos trabalhadores rurais. Contudo, a carência de políticas integradas, como educação, saúde, crédito agrícola e escoamento da produção ainda compromete sua sustentabilidade (Navarro, 2010).

Desde a década de 1990, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem coordenado programas de assentamento de famílias em áreas desapropriadas, mesmo diante de muitos desafios quanto à infraestrutura, assistência técnica e políticas de permanência no campo (Medeiros, 2014).

Nesse sentido, é importante destacar os desafios da agricultura camponesa desenvolvida pelos trabalhadores nos assentamentos rurais, como afirma Silva (1991, p. 74).

O acesso à terra deve ser entendido como uma condição de sobrevivência, como um local de moradia e substância para aqueles que não encontraram outra possibilidade de inserção produtiva na atual sociedade. É fundamental que estancado o atual processo de “lumpenização” dos grupos menos favoráveis, pois a luta pela a terra hoje é a luta pela sobrevivência dessa imensa maioria de despossuídos que o desenvolvimento capitalista não está conseguindo incorporar produtividade.

No Brasil as políticas de desenvolvimento rural esbarram em estruturas arcaicas, que acabam por inviabilizar a atuação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Entre os principais entraves estão o grande latifúndio e o clientelismo político, que frequentemente se manifestam por meio do direcionamento de recursos públicos para o agronegócio. O financiamento estatal da agricultura, por exemplo, tende a favorecer majoritariamente os grandes produtores rurais, promovendo o avanço das monoculturas e deixando o campesinato em situação de vulnerabilidade, devido à escassez de políticas voltadas ao fortalecimento dos assentamentos rurais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A historicidade do processo de desenvolvimento desigual no Brasil é vista principalmente pela ampliação e disseminação das relações capitalistas de produção no campo, para a produção das *commodities*, sendo negligenciadas as demais formas de organização como os assentamentos rurais que sofrem com a falta de infraestrutura básica. Muitos assentamentos não contam com estradas em boas condições, acesso à eletricidade, abastecimento de água potável, saneamento básico e/ou transporte público. Essa precariedade dificulta o escoamento da produção agrícola, o acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais, isolando ainda mais essas populações.

Diante de tais condições, o Estado fica sujeito às exigências do capital de modo que as políticas de desenvolvimento se direcionam, preferencialmente, ao processo de acumulação do capital, bem como à sua reprodução ampliada, segundo aponta Celso Furtado (1971).

A organização social e produtiva dentro dos assentamentos apresenta percalços dentre os quais destacamos a falta de crédito para os assentados e as poucas políticas de fomento que auxiliam no processo produtivo. A dissonância entre as demandas dos assentados e as políticas públicas existentes é um problema recorrente em muitos assentamentos no Brasil a fora, não obstante, no Tocantins a realidade não difere de outros estados.

Os desafios enfrentados pelos camponeses no Brasil se dão em diferentes âmbitos da vida social, como a luta pela terra, os desafios enfrentados para permanecer e as políticas destinadas à reforma agrária. Por isso, faz-se necessário o entendimento da realidade no campo brasileiro, que se alicerçam em desigualdades sociais, vulnerabilidades que envolvem, sobretudo, o espaço rural, atingindo principalmente a agricultura de base familiar como os assentamentos rurais, como é o caso do assentamento Luar do Sertão.

O assentamento Luar do Sertão em Ananás - TO teve sua criação oficial de acordo com dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no ano de 2011, com capacidade para receber 28 famílias. Atualmente, segundo registros oficiais, o assentamento abriga cerca de 30 famílias e ocupa uma área territorial de 1.941,1308 hectares. Cabe destacar que a criação do Assentamento Luar do sertão demonstra a inclusão das famílias na sociedade. Esses trabalhadores tiveram uma melhor condição de vida no que diz respeito à própria relação



e condição de trabalho, embora ainda haja muito a ser feito por essas famílias em suas áreas produtivas.

O assentamento conta também com uma associação que representa as famílias, lutando pela melhoria da produção e buscando recursos para a comunidade. Entre as conquistas estão cursos para os moradores, a melhoria da estrada de acesso ao local, o transporte escolar que diariamente busca os alunos para levá-los à escola, e um caminhão da prefeitura que, duas vezes por mês, recolhe as mercadorias produzidas para que esses pequenos produtores possam vendê-las na cidade.

Percebemos que a permanência das famílias em assentamentos rurais no Brasil é uma realidade desafiadora, uma vez que essa continuidade está diretamente relacionada a diversos fatores de ordem econômica e social. Apesar da existência de políticas públicas voltadas para beneficiar a população do meio rural, como a própria reforma agrária, é notório que tais políticas não contemplam todos os assentados. Pois, mesmo quando há acesso a esses benefícios, outros desafios continuam dificultando a permanência das famílias em suas terras, como o limitado acesso ao emprego, à saúde, à educação, entre tantos outros direitos básicos necessários.

Desta forma, podemos considerar que essas unidades de produção agrícola, que são os assentamentos rurais, são espaços em que os problemas sociais podem ser resolvidos com o apoio do Estado de forma sustentável e pragmática, sendo base para um modelo de desenvolvimento não só rural, mas também social, atendendo assim boa parte das expectativas da população assentada. Dessa maneira, a agricultura familiar tem sido significativa para abastecer a mesa do brasileiro, mesmo com poucos incentivos públicos.

Dessa forma, as famílias assentadas no assentamento Luar do Sertão enfrentam diversos desafios, como a falta de assistencialismo, o difícil acesso ao crédito para pequenos produtores, a insuficiência de infraestrutura para o escoamento da produção e a subordinação ao mercado. Entre essas dificuldades, destaca-se sobretudo a escassez de fomento, que compromete o desenvolvimento sustentável e a autonomia das famílias não apenas neste assentamento, mas também em outras áreas semelhantes pelo Brasil.



A falta de acesso a crédito rural, assistência técnica e políticas públicas adequadas impede a implementação de projetos produtivos, a diversificação da produção e a melhoria da infraestrutura. Consequentemente, muitos assentamentos enfrentam dificuldades para se consolidar economicamente, resultando em baixa produtividade, êxodo rural e dependência de programas assistenciais, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e limitando o plano potencial da reforma agrária.

No assentamento Luar do Sertão em Ananás -TO, encontramos diversas vulnerabilidades que impactam a vida das famílias assentadas como a falta de infraestrutura. Uma vez que, a maioria das moradias são simples e muitas delas feitas de tábuas, cenário ocasionado pela falta de crédito habitacional para construção de casas mais dignas. Não há posto de saúde no assentamento, obrigando os moradores a se deslocarem para a cidade em casos de necessidade médica, o que gera custos e dificuldades. Além disso, a ausência de uma escola local faz com que as crianças precisem viajar para estudar, enfrentando cansaço e atrasos no aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, o assentamento Luar do Sertão não é apenas um lugar de produção agrícola, mas um lugar onde se constrói relações afetivas, redes de solidariedade e práticas coletivas que desafiam a lógica excludente do agronegócio e da produção capitalista do espaço. É um lugar de resistência e superação de desafios, onde se reafirma a função social da terra e a busca por um modelo de sociedade mais justa e humana.

Foi de grande relevância fazer essa discussão sobre reforma agrária, no qual ficou nítido os desafios e as vulnerabilidades encontradas nos assentamentos rurais. Neste contexto, este trabalho também nos convida a refletir sobre o papel do Estado, das políticas públicas e da própria geografia enquanto ciência comprometida com as transformações sociais. Cabe às instituições como universidades, escolas e pesquisadores, aprofundar esse debate, valorizando o conhecimento construído pelos sujeitos do campo e reconhecendo sua importância na construção de um território mais inclusivo com oportunidades de desenvolvimento sem retirar o papel essencial do Estado que é de garantir o crescimento da classe trabalhadora através de oportunidades, tanto para quem está no campo ou na cidade.



A vulnerabilidade enfrentada pelas unidades produtivas camponesas muda de acordo com a realidade de cada assentamento e com as condições de produção, que estão intimamente ligadas às diferenças regionais do nosso país. No Tocantins, especialmente no assentamento em questão, um dos principais desafios é a baixa fertilidade do solo, o que dificulta a produção agrícola. Nesse sentido, a agricultura camponesa persiste mesmo com as insuficientes políticas públicas de permanência na terra.

Mais do que uma discussão sobre reforma agrária, os desafios e as vulnerabilidades encontradas nos assentamentos rurais, este trabalho também nos convida a refletir sobre o papel do Estado, das políticas públicas e da própria Geografia enquanto ciência comprometida com as transformações sociais. Cabe a nós, enquanto pesquisadores, aprofundar esse debate, valorizando o conhecimento construído pelos sujeitos do campo e reconhecendo sua importância na construção de um território mais inclusivo com oportunidades de desenvolvimento sem tirar o papel essencial do Estado que é de garantir o crescimento da classe trabalhadora através de oportunidades tanto para quem está no campo ou na cidade.

Por fim, é importante ressaltar a desigualdade na distribuição de terras no país como pano de fundo para todos esses desafios. A concentração de terras nas mãos de grandes produtores contrasta com a realidade dos pequenos agricultores e das famílias assentadas, como as que estão no assentamento Luar do Sertão, que lutam para garantir sua subsistência e contribuir para a produção de alimentos na região. Apesar das dificuldades, a organização coletiva como a associação dos assentados tem se mostrado uma estratégia eficaz para a resolução de problemas internos e para a construção de respostas aos desafios externos.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

MEDEIROS, L. F. (2014). Políticas públicas e assentamentos rurais: entre a inclusão e a resistência. **Revista Nera**, v. 17, n. 27.

NAVARRO, Z. (2010). A política pública de reforma agrária no Brasil: diagnósticos e proposições. Texto para discussão – **IPEA**.

PICOLI, Fiorelo. O Capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: **Expressão Popular**, 2006. 194 p.



SANTOS, R. (2005). A reforma agrária no Brasil: entre a intenção e a realização. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 2.

SAUER, S. (2006). Modernização conservadora no campo e reforma agrária no Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 1.

SILVA, J. G. Um modelo para uma “reforma agrária social” no Brasil In: GÖGEN, F. S. ANTÔNIO; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: VOZES, 1991